



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

### **ÍNDICE**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO [compras.gov.br](https://compras.gov.br)
8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
9. DOS CRITÉRIOS EXCLUSIVOS PARA ME, PP E MEI
10. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS
11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
13. DA NEGOCIAÇÃO
14. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
16. DAS AMOSTRAS
17. DA HABILITAÇÃO
18. DOS RECURSOS
19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
20. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO
21. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
22. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL
23. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO
24. DAS SANÇÕES
25. FRAUDE E CORRUPÇÃO
26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
29. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO
30. MEDIDAS ACAUTELADORAS
31. DISPOSIÇÕES FINAIS



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

### **ANEXOS DO EDITAL**

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
- ANEXO III – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º – INCISO XXXIII
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

### 1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, por intermédio da Pregoeira nomeada através do Decreto nº 1203/2025, publicado no DOMP em data de 04/09/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço total do lote, visando a **Aquisição de 01(um) automóvel e 04(quatro) motos elétricas Scooter 100w, visando atender a demanda de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento do Município de Paranaguá**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº **11.442/2026** e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “compras.gov.br”, constante da página eletrônica do [compras.gov.br](http://compras.gov.br), coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br), conforme datas e horários definidos.

<b>DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<b>09h00min do dia 12/05/2026</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>ABERTO</b>

1.5. O Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Governo, Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 08:00 às 11h00m às 13:00 às 18:00 h, nos dias úteis, e disponíveis para download no sites: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (**Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações**), [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (**Portal Nacional de Contratações Públicas**).

### 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de 01(um) automóvel e 04(quatro) motos elétricas Scooter 1000w, visando atender a demanda de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento do Município de Paranaguá**, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência.

2.2. A licitação será dividida em 02 (dois) lotes, conforme tabela constante do item 03 deste edital.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

#### 3. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em **R\$ 134.127,17 (cento e trinta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e dezessete centavos)**, para quantitativo constante nas tabelas a seguir.

3.2. São fixados os seguintes preços máximos por lote, conforme descrito na tabela abaixo constante:

#### AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO TIPO "HATCH" ZERO KM, POPULAR, FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTORIZAÇÃO 1.0, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: ÚLTIMA VERSÃO, QUATRO PORTAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 72 CV, FREIO ABS, AR CONDICIONADO, RÁDIO COM USB, DIREÇÃO ASSISTIDA, TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA, CAPACIDADE DE TRANSPORTE PARA 05 PASSAGEIROS, 05 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, COMBUSTÍVEL FLEX, EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE,	Und.	01	R\$ 100.563,33	R\$ 100.563,33

#### EXCLUSIVA PARA ME, EPP E EIRELI

LOTE	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	MOTO ELÉTRICA SCOOTER, 48V 1000W, TIPO DE BATERIA RECARREGÁVEL ÍON LÍTIO, PESO MÍNIMO SUPOSTO 100 KG, VELOCIDADE MÍNIMA 32 KM/H OU SUPERIOR	Und.	04	R\$ 8.390,96	R\$ 33.563,84

3.3. Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados na seguinte Dotação Orçamentária vigente para o exercício de 2026.

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>	305 - 33390310000000000000
--	----------------------------

#### 4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

4.3. O modo de disputa será **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimento sobre seus termos ou para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até as 23h59min do 3º dia útil antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento devem ser realizados por meio dos endereços eletrônicos: [rosiana.pesch@paranagua.pr.gov.br](mailto:rosiana.pesch@paranagua.pr.gov.br) e [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br). As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura do Município de Paranaguá: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (**Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações**), e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (**Portal Nacional de Contratações Públicas**), para ciência de todos os interessados.

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Provedor do Sistema, através dos sites [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) (compras Gov) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (Portal nacional de Compras Públicas).

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. A empresa de pequeno porte ou microempresa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através de Certidão expedida pela Junta Comercial ou mediante apresentação de Declaração assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, de



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

acordo com a legislação vigente, que serão consideradas válidas até 01 (um) ano após a data de sua emissão.

6.5.1. A Certidão, ou a Declaração, mencionada no item anterior deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da empresa.

6.5.2. A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.6. É vedada a participação de licitantes que:

- a) não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sejam Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoas físicas ou jurídicas, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) sejam empresas isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresas da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) sejam pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, proibidas de participar de licitação em decorrência de sanção que lhes foi imposta;
- e) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) sejam pessoas físicas ou jurídicas que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) sejam Agentes Públicos do Órgão ou Entidade licitante;
- i) sejam Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- j) se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- k) sejam instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da INº SEGES nº 05/2017;
- l) estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- m) empresas que embora qualificadas como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), incidam em qualquer das vedações do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

6.6.1. O impedimento de que trata a alínea 'h' do item 6.6, também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

6.6.4. O disposto nas alíneas 'b' e 'c' do item 6.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.6.5. A vedação de que trata alínea 'h' do item 6.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.6.6. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desta licitação desde que comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

6.6.7. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, pelas seguintes justificativas:

a) A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;

b) A participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for "de alta complexidade ou de grande vulto econômico", situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

6.7. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

6.8. A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

#### **7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO COMPRAS.GOV**

7.1. Poderá participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,, assume firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus atos cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4. A não observância do disposto no item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **8. DOS CRITÉRIOS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI**

8.1. O lote 2, do Termo de Referência, Anexo I, destina-se exclusivamente às empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI, nos termos do art. 3º e 18º e ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

8.2. No ato do envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual deverá declarar, sob penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;

8.3. Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

8.3.1. No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais).

8.3.2. No caso das empresas de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

8.4. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no artigo 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.4.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.4.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.4.3. De cujo capital participe pessoa física como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

8.4.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

8.4.5. Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global, ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

8.4.6. Constituída sob forma de cooperativas, salvo as de consumo;

8.4.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

8.4.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores imobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

8.4.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos calendários anteriores;

8.4.10. Constituída sob a forma de sociedades por ações;

## **9. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), a partir da liberação do Edital, até as **09h00 horas do dia 12 de maio de 2026**, horário de Brasília-DF.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

9.2. A proposta eletrônica deverá indicar o valor total, por item, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional(R\$).

9.3. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

9.4. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

9.5. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.7. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta prevalecerá este último e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

#### **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1. A partir da data e horário da sessão pública na internet, horário de Brasília-DF, no sítio eletrônico: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), será aberta por comando da Pregoeira, com divulgação das propostas eletrônicas recebidas no sistema e início das etapas de lances.

10.2. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas que participarão da fase de lances.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

#### **11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor do lance.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

11.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço total do item, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional(R\$).

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceito dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

11.5. Foi estipulado o **intervalo mínimo de R\$ 10,00 (Dez) reais** de diferença entre lances para o certame.

11.6. E, caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente a plataforma do COMPRASGOV.

11.7. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, é vedada a identificação do ofertante até o encerramento dos lances.

11.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.9. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

11.10. A pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

11.11. Realizada a diligência a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário onde será dado prosseguimento a sessão pública.

11.12. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.13. Caso a desconexão com a Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

11.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.15. O lote 02 e participação exclusiva a microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

11.16. O lote 01 para ampla concorrência e destinam-se a todos os interessados que atendem aos requisitos do edital.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

11.17. No atinente aos lotes citados no item anterior, após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema.

11.18. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate ficto as propostas apresentadas pelas ME e EPP, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará no lote 02.

11.19. Para efeito do disposto no item 10.18 deste Edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á da seguinte forma: A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

- a) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.18 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.
- b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea a deste item, serão convocadas as remanescente que porventura se enquadrem na hipótese do item 11.18 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

11.20. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

11.21. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

11.22. O disposto nos subitens 11.19 e 11.20 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

11.23. A cotação de cada lote é independente dos do outro, ficando a empresa licitante livre para apresentar proposta em mais de um item ou em todos itens, sendo que a não cotação de qualquer item não ensejará a desclassificação da proposta da licitante.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

#### 13. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. O licitante que ofertou o menor preço deverá enviar, via sistema, através de campo próprio no [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), no prazo de até 02 (duas) horas, contado da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) Proposta de preço final, conforme solicitado no item 13.2 deste edital.
- b) Documentos de habilitação, conforme solicitado no item 16 deste edital.

13.2. A proposta de preço final do licitante que apresentou o menor preço deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Portal [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), em formato PDF, e conter, ainda:

- a) PRAZO DE VALIDADE, não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.**
  - b) DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA ITEM, de acordo com o Termo de Referência do Edital;**
  - c) MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE e MODELO (quando for o caso);**
  - d) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM;**
  - e) PREÇO TOTAL DA PROPOSTA;**
  - f) NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA, DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA PARA PAGAMENTO E E-MAIL OFICIAL PARA COMUNICAÇÃO;**
- noventa**

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos.

13.4. A proposta de preço final deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa de lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver).

13.5. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:

- a) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

13.6. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.7. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

13.8. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

13.9. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará as propostas classificadas quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

14.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

14.6. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.7. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.7.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.7.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.7.6. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.7.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

14.7.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.8. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 14.11.d.

14.9. Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.10. No julgamento das propostas, a Pregoeira poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

14.11. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em propostas das demais proponentes;
- c) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d) Com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
- e) Que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
- f) Que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

### **15. DAS AMOSTRAS**

15.1. Não será necessária a apresentação de amostras.

### **16. DA HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

16.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

16.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

16.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

- 16.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- 16.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 16.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 16.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

16.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

- 16.5.1. À habilitação jurídica;
- 16.5.2. À qualificação econômico-financeira;
- 16.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

**16.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

- 16.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 16.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

16.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

16.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

16.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **16.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

16.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### **16.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

16.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

16.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

16.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

16.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

16.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

#### **16.12. Documentos relativos a qualificação técnica:**

16.12.1. A licitante deverá "obrigatoriamente" anexar, junto a Proposta comercial, declaração que os bens ofertados, contém todas as informações, especificação técnica, dimensões, pesos e demais características técnicas correlatas ao objeto licitado, sob pena de sanções previstas no Decreto nº 10024/2019, referente a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta.

16.12.2. Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documento de habilitação, a seguinte documentação:

16.12.2.1. Atestado de capacidade Técnica emitido por empresa pública ou privada onde comprove que a empresa teve um bom desempenho no fornecimento dos itens.

16.12.2.1.1. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

#### **17.13. Documentação complementar:**

17.13.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo V);

17.13.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo VI);

17.13.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV, do artigo 63º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo VII);



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

17.13.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Anexo VIII);

17.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa.

17.15. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo contratual.

#### **17. DOS RECURSOS**

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

17.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. Na elaboração da decisão acerca do recurso, o(a) Pregoeiro(a) e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

17.10. Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal COMPRAS.GOV para obter a resposta ao recurso apresentado.

17.11. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

#### **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

18.1 A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.

18.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

#### **19. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS BENS**

19.1. Os bens devem ser entregues em sua configuração original de fábrica, novos e sem uso. A exigência de embalagem original lacrada aplica-se exclusivamente aos acessórios e componentes passíveis de tal acondicionamento, ficando dispensada para o veículo (Lote 01) e para as scooters elétricas (Lote 02), que deverão ser entregues em perfeitas condições de limpeza e operação.

19.2 Todos os itens deverão acompanhar obrigatoriamente:

- Manual do proprietário em português;
- Termo de garantia preenchido em nome do Município de Paranaguá;
- Nota Fiscal detalhada;
- Documentação necessária para o primeiro registro e licenciamento junto ao DETRAN;

19.3 As informações originais dos bens cotados, nacionais ou importados, não poderão estar ocultas por etiquetas ou similares;

19.4 O recebimento do bem será feito de forma Imediata no prazo de 3 (três) dias úteis para avaliação da comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, caso o bem seja rejeitado, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação;

19.5 Caso o bem venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação;

19.6 Os bens entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

19.7 O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos bens estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

19.8 O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:

19.8.1 O recebimento dos bens se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

19.8.2 O recebimento definitivo dos bens se dará no prazo de 15 dias a contar da entrega, e somente ocorrerá após a constatação de que, estão em conformidade com as especificações exigidas na licitação.

19.9 Uma vez entregue os bens, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

19.9.1. Cada bem será verificado de acordo com as características descritas no item 1.2 do Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado o seu perfeito funcionamento;

19.10 Qualquer bem será recusado inteiramente nas seguintes condições:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

19.10.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 1.2 da proposta vencedora;

19.10.2. Caso seja detectado defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

#### 20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

20.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, valendo a data de publicação do contrato como termo da vigência.

#### 21. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO CONTRATUAL

21.1. Não será exigida garantia para habilitação contratual.

#### 22. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

22.1. O pagamento será feito mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, **devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal**, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. **É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.** Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, **todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

22.2. A Nota Fiscal deverá estar acompanhadas das Certidões de Regularidade (FGTS, CND Trabalhista, INSS e ISS) atualizadas, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização;

22.3. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado ou antes da conclusão do rito de Recebimento Definitivo, que inclui a conferência técnica documental (especialmente a documentação de transferência e emplacamento);

22.4. As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias.

#### 23. DAS SANÇÕES

23.1. A aplicação de penalidades às licitantes e às contratadas reger-se-á conforme o estabelecido no Título IV, Capítulo I – Das Infrações Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, àquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave art. 156, §2º, da Lei Federal 14.133/21;

23.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a três anos;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de três anos;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de três anos;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de três anos;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de três anos;

#### 23.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

#### 23.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

23.2.3.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do Art 155 da Lei Federal 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.2.3.2. A aplicação da sanção prevista no item 24.2.3 será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 anos;

23.2.4. Multa, que será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) No caso de inexecução parcial do contrato, nos termos dos incisos I a II do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 5% do valor do contrato.
- b) No caso de inexecução total do contrato, conforme prevista no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 10% do valor do contrato.
- c) Para infrações descritas nos incisos IV a VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 a multa será de 5% do valor do contrato.
- d) Para as infrações descritas nos incisos VIII a XI, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021 acima, de 10% do valor do contrato.
- e) Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

f) O atraso na execução/entrega do objeto contratado superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2.5. Configurado o atraso na entrega/execução do objeto, fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) podendo ser cobrado por dia de atraso, calculado sobre o valor total do item/lote, limitado ao percentual de 20%. A multa de mora não impede as demais sanções previstas nos termos do art. 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

23.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

23.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações do CONTRATANTE, pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.

24.5.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

23.6. A aplicação de multas, bem com a rescisão do contrato, não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas neste contrato.

23.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

#### 24. FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

**a) "prática corrupta":** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**b) "prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**c) "prática conluída":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) "prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) "prática obstrutiva":** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física,





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

25.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

25.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

25.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

25.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

#### **26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

26.1. Executar o fornecimento do bem de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 1 do termo de referência.

26.2. Substituir, imediatamente sem ônus para a CONTRATANTE, ao item que vier a ser recusado.

26.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços.

26.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos bens, nos termos da legislação vigente e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no termo de Referência.

26.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecida no edital de licitação.

26.6. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos bens, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

26.7. Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124, da Lei 14.133/2021.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

26.8. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;

26.9. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos lotes/ itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;

26.10. A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

26.11. Dar garantia a todos os bens, contra defeitos de fabricação, devendo a mesma assegurar a assistência técnica e a substituição sem ônus para o Município.

26.12. Demais condições constam nas disposições editalícias.

#### **27. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

27.1. Receber o bem e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

27.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

27.3. Comunicar oficialmente à contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do contrato.

27.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

27.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **28. INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO**

28.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor abaixo indicado, conforme as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 683/2018 e no art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

FISCAL TITULAR: Sílvia Santos Neves – Matrícula: 4411.

28.2 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução, determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

28.3 A fiscalização terá livre acesso aos bens para a realização de testes e conformidade durante o período de recebimento provisório, podendo rejeitar itens que não atendam as especificações técnicas do item 1.2.

28.4 A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e regularidade documental dos bens entregues, inclusive perante terceiros e órgãos de trânsito.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

#### 29. MEDIDAS ACAUTELADORAS

29.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

30.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

30.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

30.4. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

30.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

30.6. É facultado o Pregoeiro ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

30.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

30.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelos aplicativos: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (Portal Nacional de Contratações Públicas).



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

30.11. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

30.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

30.13. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.

30.14. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

30.15. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras – Licitações), COMPRAS.GOV e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) (Portal Nacional de Contratações Públicas), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 27 de abril de 2026.

**VERÔNICA MARODIM MARQUES**  
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

**1.1. Constitui objeto do presente termo de referência AQUISIÇÃO DE 1 (UM) AUTOMÓVEL ZERO KM e 4 (QUATRO) MOTOS ELÉTRICAS SCOOTER** para atender a Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, vincula ao Município de Paranaguá, pelo período de 12 (doze) meses.

#### 1.2 QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

LOTE	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO TIPO "HATCH" ZERO KM, POPULAR, FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTORIZAÇÃO 1.0, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: ÚLTIMA VERSÃO, QUATRO PORTAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 72 CV, FREIO ABS, AR CONDICIONADO, RÁDIO COM USB, DIREÇÃO ASSISTIDA, TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBACADOR DO VIDRO TRASEIRO, RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA, CAPACIDADE DE TRANSPORTE PARA 05 PASSAGEIROS, 05 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, COMBUSTÍVEL FLEX, EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDO PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE,	Und.	01	R\$ 100.563,33	R\$ 100.563,33
02	MOTO ELÉTRICA SCOOTER, 48V 1000W, TIPO DE BATERIA RECARREGÁVEL ÍON LÍTIO, PESO MÍNIMO SUPORTADO 100 KG, VELOCIDADE MÍNIMA 32 KM/H OU SUPERIOR	Und.	04	R\$ 8.390,96	R\$ 33.563,84
					R\$ 134.127,17

#### 2. JUSTIFICATIVA:

2.1 O IPTU é uma importante fonte de receita para os municípios, sendo essencial para o financiamento de serviços públicos, infraestrutura e programas sociais. No entanto, muitos contribuintes encontram dificuldades em manter o pagamento em dia, o que impacta negativamente nas finanças municipais. Nesse contexto, a realização de sorteios de prêmios surge como uma medida atrativa para incentivar o cumprimento das obrigações tributárias.

2.2 A contratação deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista se tratar de objetos de bem comum, pois apresenta características e especificações usuais de mercado, conforme institui o artigo 6, inciso XIII da lei 14.133/2021.

2.3 O presente certame visa o cumprimento da lei de licitações, evitando possíveis fracionamentos de despesas, bem como o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e outros inerentes ao



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

bom planejamento das compras municipais. Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento

#### **3. PESQUISA DE PREÇOS**

3.1 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com a Instrução Normativa Municipal nº 003/2015, 005/2018 e Acordão 3569/2023.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1 A solução consiste na aquisição de bens móveis (veículos) para premiação da companhia "IPTU Premiado", visando o incremento da arrecadação municipal. A definição dos quantitativos e especificações baseia-se no histórico de premiações do município e na necessidade de ofertar itens com alta aceitação de mercado e baixo custo de manutenção para os ganhadores.

4.2 A contratação será realizada mediante parcelamento do objeto em 02 (dois) lotes, critério adotado para ampliar a competitividade e garantir a seleção de fornecedores especializados em cada segmento (automotivo e mobilidade elétrica), assegurando a melhor proposta econômica e técnica para a Administração, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

4.3 O critério de julgamento será o menor preço por item(lote), condicionado ao pleno atendimento das especificações técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência.

4.4 A contratada deverá assumir integralmente as obrigações estabelecidas neste instrumento e no Edital, ficando sujeita às sanções administrativas em caso de descumprimento, visando garantir a eficácia do programa de premiação e o zelo pelo interesse público.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 O prazo para entrega do bem é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Nota de Empenho.

5.2 O bem a ser adquirido deve apresentar especificação técnica de acordo com a descrição do Termo de Referência, para que a essa aquisição supra as necessidades da Instituição. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade das contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

5.3 Efetuar a entrega do bem conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, de acordo com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

5.4 Atender as especificações contidas no termo de referência e edital de habilitação.

#### **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **6.1 FORMA DE ENTREGA**

6.1.1 O prazo para a entrega deverá ser 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

6.1.2. Os bens deverão ser entregues no Prédio Joaquim Magalhães, na Rua Júlia da Costa, Nº 322 Bairro: Centro Histórico- Paranaguá – PR. Contato Telefone: 41 3211-1255 no horário das 08h às 11h, 13h às 17h, mediante agendamento prévio com a fiscalização.

6.1.3 O recebimento provisório ocorrerá até a entrega, pelo fiscal do contrato ou comissão designada para fins de verificação da integridade física aparente dos bens. O veículo (Lote 1) e as scooters (Lote 2) devem ser entregues em estado de novo (Zero km), limpos e com os fluidos em níveis operacionais, sendo dispensada a exigência “embalagem lacrada” para o Lote 1, dada a natureza do bem.

6.1.4 O recebimento Definitivo ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após a realização de testes de funcionamento e verificação detalhada da conformidade com as especificações técnicas (item 1.2) e conferência de manuais, termos de garantia e documentação para emplacamento.

6.1.5 Caso os bens apresentem desconformidades, defeitos ou especificações diferentes da proposta, serão imediatamente recusados. A contratada deverá providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para o Município.

6.1.6 A suspensão do pagamento ocorrerá caso a entrega não esteja em total conformidade, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento apenas após o atesto definitivo do fiscal.

6.1.7 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios redibitórios ou defeitos de fabricação detectados posteriormente, durante o prazo de garantias, conforme o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.

6.1.8 O descumprimento dos prazos de entrega ou substituição sujeitará a empresa as sanções administrativas previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

6.1.9 O recebimento do bem, mesmo que definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características do bem entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

#### **6.2 DO PRAZO DE GARANTIA**

6.2.1 O prazo de garantia será de no mínimo 12 meses ou o prazo oferecido pelo fabricante, prevalecendo o que for maior, contados a partir do recebimento definitivo do bem.

6.2.2 A garantia abrange defeitos de fabricação, componentes e montagem, devendo a contratada assegurar a assistência técnica e a substituição de peças sem ônus para o Município.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

6.2.3 Os bens deverão obedecer rigorosamente as normas técnicas da ABNT e, quando aplicável, possuir certificação do INMETRO ou de órgãos reguladores pertinentes ao setor automotivo e de mobilidade elétrica.

#### **6.3 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

6.3.1 Os bens devem ser entregues em sua configuração original de fábrica novos e sem uso. A exigência de embalagem original lacrada aplica-se exclusivamente aos acessórios e componentes passíveis de tal acondicionamento, ficando dispensada para o veículo (Lote 01) e para as scooters elétricas (Lote 02), que deverão ser entregues em perfeitas condições de limpeza e operação.

6.3.2 Todos os bens deverão acompanhar obrigatoriamente:

- Manual do proprietário em português;
- Termo de garantia preenchido em nome do Município de Paranaguá;
- Nota Fiscal detalhada;
- Documentação necessária para o primeiro registro e licenciamento junto ao DETRAN;

6.3.3 As informações originais dos produtos cotados, nacionais ou importados, não poderão estar ocultas por etiquetas ou similares;

6.3.4 O recebimento do bem será feito de forma imediata no prazo de 3 (três) dias úteis para avaliação da comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, caso o bem seja rejeitado, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação;

6.3.5 Caso o bem venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca do mesmo nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação;

6.3.6 Os bens entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

6.3.7 O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita as sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

6.3.8 O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:

6.3.8.1 O recebimento dos bens se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

6.3.8.2 O recebimento definitivo dos bens se dará no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega, e somente ocorrerá após a constatação de que estão em conformidade com as especificações exigidas na licitação;

6.3.9 Uma vez entregue os bens, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

6.3.9.1 Cada bem será verificado de acordo com as características descritas no item 1.2 deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

6.3.10 Qualquer bem será recusado inteiramente nas seguintes condições:

6.3.10.1 Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 1.2 e da proposta vencedora;

6.3.10.2 Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

6.3.10.3 Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

7.1.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor abaixo indicado, conforme as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 683/2018 e no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

FISCAL: Sílvia Santos Neves - Matrícula: 4411.

7.1.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução, determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

7.1.3. A fiscalização terá livre acesso aos bens para a realização de testes de conformidade durante o período de recebimento provisório, podendo rejeitar os itens que não atendam as especificações técnicas do item 1.2.

7.1.4. A atuação da fiscalização não exclui nem eduz a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e regularidade documental dos bens entregues, inclusive perante terceiros e órgãos de trânsito.

## **7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.2.1. Executar o fornecimento do bem de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 1 deste Termo de Referência;

7.2.2. Substituir imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o item que vier a ser recusado;

7.2.3. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços;

7.2.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos bens, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

- 7.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação;
- 7.2.6. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos bens, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;
- 7.2.7. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124, da Lei nº 14133/2021
- 7.2.8. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;
- 7.2.9. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos itens, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- 7.2.10. A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;
- 7.2.11. Dar garantia a todos os bens, contra defeitos de fabricação, devendo a mesma assegurar a assistência técnica e a substituição sem ônus para o Município.
- 7.2.12. Demais condições constam nas disposições editalícias.

### **7.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 7.3.1 Receber os bens e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 7.3.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 7.3.3 Comunicar oficialmente à Contratadas quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;
- 7.3.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 7.3.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

### **8. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do Recebimento Definitivo dos bens (conforme item 6.3.3) e da apresentação da Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada pelo fiscal do contrato.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

8.2. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das Certidões de Regularidade (FGTS, CND Trabalhista, INSS e ISS) atualizadas, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização.

8.3. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado ou antes da conclusão do rito de Recebimento Definitivo, que inclui a conferência técnica e documental (especialmente a documentação de transferência e emplacamento).

8.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**9.1.1** A compra deverá ser julgada pelo menor preço por item.

**9.1.2** Os participantes deverão informar em sua proposta a marca e modelo, quando houver, dos bens cotados.

**9.1.3** É obrigatório constar na proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o bem ofertado.

**9.1.4** Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.

**9.1.5** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do bem durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do bem nos termos do edital e da legislação vigente.

### **9.2 MODO DE DISPUTA**

#### **9.2.1. SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO**

### **9.3 RECURSOS**

**9.3.1** A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento não utilizará recursos federais para aquisição deste objeto.

### **9.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.4.1** A licitante deverá “obrigatoriamente” anexar, junto à proposta comercial, declaração que os materiais ofertados, contém todas as informações, especificação técnica, dimensões, pesos e demais características técnicas correlatas ao objeto licitado, sob pena de sanções previstas no Decreto nº 10024/2019, referente a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

**9.4.2** Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, a seguinte documentação:

**9.4.2.1** Atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada onde comprove que a empresa teve um bom desempenho no fornecimento dos itens.

**9.4.2.1.1** O(s) atestado(s) deverá(ao) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

### **9.5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

**9.5.1** O produto dessa compra é classificado como bem comum, pois, possui especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas neste termo de referência de acordo com termos da Lei nº 14133/2021 e Decreto Municipal 4319/2023.

### **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

**10.1** O valor máximo da compra atinge o montante de **R\$ 134.127,17 (cento e trinta e quatro mil cento e vinte e sete reais e dezessete centavos)** e, só reajustáveis na forma da Lei e demais disposições constantes no Edital.

### **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas dotações orçamentárias:

**305 - 3339031000000000000**

### **12. SUSTENTABILIDADE**

**12.1** A empresa contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

**a)** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da **ABNT**;

**b)** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – **INMETRO**, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**c)** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb),



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

#### **13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1** Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

**a) “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**b) “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

**c) “prática conluiada”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) “prática obstrutiva”:** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

#### **14. MODO DE DISPUTA E ORÇAMENTO SIGILOSO**

**14.1** O modo de disputa que será adotado é aberto.

**14.2** O orçamento aberto facilitará a gestão do processo de contratação, garantindo transparência, alinhamento de expectativas e atração de fornecedores qualificados, resultando em propostas mais adequadas e realistas. A divulgação do orçamento ajuda a evitar propostas que não podem ser aceitas por estarem muito acima ou abaixo do que a administração pode gastar, facilitando assim a contratação de serviços.

Paranaguá, 20 de fevereiro de 2026.

**Veronica Marodim Marques**  
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

### ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

#### 1. OBJETO

1.1 **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL e 4 MOTOS ELÉTRICAS SCOOTER**, visando atender a demanda de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento do Município de Paranaguá Pr.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1- A presente demanda visa à aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 km e 04 (quatro) motocicletas tipo scooter 0 km, destinados à operacionalização do Programa IPTU Premiado do Município de Paranaguá, instituído pela Lei Municipal nº 4.635/2025 e regulamentado pelo Decreto nº 1.502/2026.

2.2-O IPTU é uma importante fonte de receita para os municípios, sendo essencial para o financiamento de serviços públicos, infraestrutura e programas sociais. No entanto, muitos contribuintes encontram dificuldades em manter o pagamento em dia, o que impacta negativamente nas finanças municipais. Nesse contexto, a realização de sorteios de prêmios surge como uma medida atrativa para incentivar o cumprimento das obrigações tributárias.

2.3 – Os bens a serem adquiridos serão utilizados exclusivamente para o sorteio.

2.4 - A presente contratação será feita através de Pregão Eletrônico.

#### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Atender as especificações contidas no termo de referência e edital de habilitação.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE

4.1 O quantitativo disposto foi estimado com base no histórico das contratações anteriores:

Lote	ITEM	CÓD	UNID	ESPECIFICAÇÕES	QUANT
1	1	65633	UND	Automóvel 0 KM	1
2	2	65635	UNID	Moto Eletrica Scooter 0KM	4

#### 5. ESTIMATIVA DOS VALORES

5.1 A estimativa de valor para esta licitação foi baseada em cotações, conforme demonstrativo de preço anexado ao processo:

Lote	ITEM	COD	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	65633	Automóvel 0 KM	1	UND	100.563,33	100.563,33
2	2	65635	Moto Eletrica Scooter 0KM	4	UND	8.390,96	33.563,84



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1 Para a realização desta contratação, foi elaborada pesquisa de mercado através de fornecedores, contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, e sítios eletrônicos, de acordo com as Instruções Normativas Municipais n.º 003/2015 e 005/2018.

6.2 Durante a fase da pesquisa de preços junto a Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão eletrônico, que tem como tipo menor preço.

6.3 Portanto, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

6.4 Convém ressaltar que a administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada do controle externo, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos do Estado do Paraná, e em decorrência, obter contratações mais seguras e eficientes para esta Secretaria.

#### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.1 A solução compreende a entrega integral dos bens, prontos para uso/sorteio, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento.

7.2 O julgamento pelo menor preço por lote visa atrair empresas especializadas em cada segmento (automóveis e veículos elétricos).

7.3 A contratada deverá assumir total responsabilidade pela integridade dos bens até a entrega definitiva, assegurando as garantias de fábrica e assistência técnica.

#### **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

8.1 Optou-se pelo parcelamento da contratação em **02 (dois) lotes distintos**. A medida visa ampliar a competitividade, visto que fabricantes ou revendedores de automóveis nem sempre comercializam veículos elétricos de pequeno porte (scooters), evitando assim a restrição indevida do certame.

#### **9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

9.1 Não haverá necessidade de adequação no ambiente, uma vez que a secretaria já possui a infraestrutura física para a utilização do item descrito neste ETP.

9.2 Os servidores que serão designados para a fiscalização do futuro contrato, devem possuir a devida proficiência sobre o assunto bem como a experiência necessária sobre a execução dos serviços que serão realizados. Havendo a necessidade de realização de mais capacitações, as mesmas deverão ocorrer durante a vigência do contrato, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Secretaria.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1 Não foram identificadas contratações interdependentes necessárias para a viabilidade deste objeto.

#### **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

11.1 A contratação prioriza a sustentabilidade através da:

- **Aquisição de veículos elétricos (Lote 2):** Redução da emissão de gases poluentes e incentivo à mobilidade limpa.
- Exigência de certificação **INMETRO** e conformidade com as normas da **ABNT**.
- Preferência por embalagens recicláveis e fornecimento de documentação técnica em meio físico/digital conforme as normas vigentes.

#### **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

12.1 A contratação demonstra-se tecnicamente viável e estrategicamente necessária. O investimento é justificado pelo incremento esperado na arrecadação municipal, redução da inadimplência e promoção da cidadania fiscal no Município de Paranaguá.

Paranaguá, 20 de fevereiro de 2026

Respeitosamente,

---

**Veronica Marodim Marques**  
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

### ANEXO III

#### MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026 QUE  
FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de  
\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob  
nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato  
representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal nos termos do Decreto Municipal  
\_\_\_\_\_, Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado,  
devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP:  
\_\_\_\_\_, neste ato representada por Sr.(a). \_\_\_\_\_ (CI. RG. nº  
\_\_\_\_\_ – CPF. nº \_\_\_\_\_), brasileiro(a), \_\_\_\_\_, residente e  
domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_,  
Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado  
CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem  
pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, Decreto 10024/2019  
LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal  
nº 14.33/2021 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº  
XXX/2026 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico XX/2026.
- b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1. O objeto do presente contrato é a aquisição 1 (um) automóvel zero km, 4 (quatro) motos Elétricas  
Scooter, para atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento**, conforme  
especificações contidas no Termo de Referência, vinculada ao Município de Paranaguá, pelo período de  
12 (doze) meses.

##### 1.1.1. Elementos característicos:

**Automóvel** - veículo tipo "hatch" zero km, categoria popular, fabricação nacional, motorização 1.0, ano  
de fabricação/modelo: última versão, quatro portas, potência mínima de 72 CV, freio ABS, ar  
condicionado, rádio com USB, direção assistida, travas elétricas, vidros elétricos dianteiros, limpador,  
lavador e desembaçador do vidro traseiro, retrovisores externos com comando interno mecânico, jogo de  
tapetes de borracha, capacidade de transporte para 05 passageiros, 05 marchas à frente e uma à ré,



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

combustível flex, equipado com todos os equipamentos e acessórios de segurança exigido pela legislação de trânsito vigente.

**Motos** – Moto elétrica Scooter, 48v 1000w, tipo de bateria recarregável Íon Lítio, peso mínimo suportado 100kg, velocidade mínima 32 KM/H ou Superior.

1.2. Os quantitativos serão solicitados de uma única vez, por parte da Administração.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações: 305 - 3339031000000000000

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, valendo a data de publicação do contrato como termo da vigência.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO**

4.1. O prazo para a entrega deverá ser em até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente.

4.1.1. Os Bens deverão ser entregues no Prédio Joaquim Magalhães, na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro Histórico Paranaguá – PR. em dias úteis, nos horários das 08h00 às 11h00, 13h00 às 17h00, mediante agendamento prévio com a fiscalização.

4.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

4.3. Caso o bem não seja entregue no prazo estabelecido acima, o fiscal do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento.

4.4. O bem será imediatamente recusados quando entregue com especificações diferentes das contidas no Termo de Referência e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5. Constatada está ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. Os materiais que forem recusados, a critério da Administração, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

sua substituição, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

4.6. Se a entrega e/ou a substituição do bem não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Edital.

4.7. Imediatamente após o recebimento definitivo, pelo fiscal do contrato, será providenciado o pagamento.

4.8. O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo do contrato.

4.9. PRAZO MÍNIMO DE GARANTIA/VALIDADE: 12 meses ou aquele oferecido pelo fabricante, prevalecendo o que for maior. Os bens deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou outras Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

4.10. Os bens devem ser entregues em sua configuração original de fábrica, novos e sem uso. A exigência de embalagem original lacrada aplica-se exclusivamente aos acessórios e componentes passíveis de acondicionamento, ficando dispensada para o veículo (Lote 01) e para as scooters elétricas (Lote 02), que deverão ser entregues em perfeitas condições de limpeza e operação.

4.11. Conter a marca comercial do produto referenciado, bem como o nome da empresa que o produz;

4.12. As informações originais do bem cotado, nacional ou importado, não poderão estar ocultas por etiquetas ou similares;

4.13. O recebimento do bem será feito de forma provisória no prazo de 3 (três) dias úteis para avaliação da comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, caso os produtos sejam rejeitados, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação;

4.14. Caso o bem venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem ônus para a Administração Pública, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação;

4.15. Os bens entregues deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

4.16. O fornecedor fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

4.17. O recebimento dos bens descritos neste documento deverá ser efetuado pelos fiscais do contrato, da seguinte forma:

4.17.1. O recebimento dos bens se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 4.319/2023.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

4.17.2. O recebimento definitivo dos bens se dará no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega, e somente ocorrerá após a constatação de que estão em conformidade com as especificações exigidas na licitação;

4.17.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado bem foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será Atestada a Nota Fiscal e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

4.18. Uma vez entregues os bens, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

4.18.1. Cada bem será verificado de acordo com as características descritas no item 1.2 deste Termo de Referência, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

4.19. Qualquer bem será recusado inteiramente nas seguintes condições:

4.19.1. Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no item 2 e da proposta vencedora;

4.19.2. Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

4.19.3. Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, **devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal**, observado os termos do Decreto Municipal 4.319/2023, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. **É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação.** Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, **todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

5.2. A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

5.3. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

5.5. As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícia.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Executar o fornecimento do bem de acordo com as especificações e quantidades constantes no item 1 do Termo de Referência.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

- 6.2. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer material que não esteja em perfeita condição de funcionamento;
- 6.3 Não substituir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços.
- 6.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos itens, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no Edital;
- 6.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.
- 6.6. Arcar com todos os custos necessários ao completo fornecimento dos produtos, bem como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;
- 6.7. Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação, bem como encontrar-se em regularidade perante o INSS e FGTS;
- 6.9. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento dos ITENS, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- 6.10. A CONTRATADA deverá substituir reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo Máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;
- 6.11. Dar garantia a todos os bens, contra defeitos de fabricação, devendo a mesma assegurar a assistência técnica e a substituição sem ônus para o Município.
- 6.12. Demais condições constam nas disposições editalícias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Receber os bens e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 7.3 Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;
- 7.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 7.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados pela Secretaria da Fazenda ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 4.319/2023, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.

8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 4.319/2023 será indicado o servidor estável para o acompanhamento: Sílvia Santos Neves – Matrícula: 4411.

### **CLÁUSULA NONA – REVISÃO DE PREÇOS**

9.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

9.1.1 O reajustamento de preços, **(quando e se for o caso)**, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato, índice IPCA NACIONAL.

9.1.2 A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

9.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

9.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada lote/ item constante de sua proposta, através de Planilha de Composição de Custos contendo: as parcelas relativas





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

9.4. A não apresentação da Planilha de Composição de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

9.5. A cada pedido de revisão de preço, **(quando e se for o caso)**, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

9.6. A critério da Administração Pública Municipal poderão ser exigidas da contratada as listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

9.7. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

9.7.1 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar. **(quando e se for o caso)**

9.8 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito deverá ser processado e analisado pela Comissão Especial Permanente de Fiscalização dos Contratos Administrativos Municipais - CEFECAM, nos termos do §2º, do art. 47 da Lei Complementar Municipal 192/2016.

9.09 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

I - o evento seja futuro e incerto;

II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III - o evento não ocorra por culpa da contratada;

IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V - a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI - haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico - financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

9.10. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

9.11. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná ([www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp)).

9.12. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

9.13. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e o disposto no art. 169 e seguintes do Decreto Municipal 4.319/2023, que são soberanas às previstas neste Edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

10.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

10.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

10.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;

b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

10.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos Lei nº 14133/2021;

10.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

10.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

10.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

10.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura do Município de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

10.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

13.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 14133/2024, Decreto 10024/2019, Lei Complementar nº 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigente e passíveis de aplicação ao caso.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO**

15.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) - “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) - “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar, causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) - “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa,



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

16.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

17.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.

17.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
(Nome da empresa)

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026

### ANEXO IV

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Empresa: \_\_\_\_\_

Denominação social: \_\_\_\_\_

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: E-mail: Telefone: \_\_\_\_\_

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

2) Proponho executar o lote abaixo indicado, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTID.	VALOR TOTAL (R\$)
	<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b>

#### Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do compras.gov, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa

CNPJ:

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**  
**PROCESSO Nº 11.442/2026**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –**  
**ARTIGO 7 INCISO XXXIII**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

(    ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **ANEXO VI**

#### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

(Modelo)

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, para cumprimento do previsto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133/2021 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**  
**PROCESSO Nº 11.442/2026**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO Nº 11.442/2026**

#### **ANEXO VIII**

#### **DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Secretaria Municipal de Governo  
Departamento de Licitações e Suprimentos

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**  
**PROCESSO Nº 11.442/2026**

**ANEXO IX**

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_  
CPF Nº: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo